



Câmara Municipal de Londrina *Estado do Paraná*

ATO DA MESA Nº 2, DE 17 DE ABRIL DE 2024

Súmula: Regulamenta a Lei Municipal nº 13.446, de 22 de julho de 2022, no âmbito do processo legislativo municipal.

A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E CONSIDERANDO O PREVISTO NO ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 13.446, DE 22 DE JULHO DE 2022,

R E S O L V E:

Art. 1º Para atender ao disposto nos inciso IX do Art. 2º da Lei Municipal nº 13.446, de 22 de julho de 2022, serão apresentadas, junto à proposição legislativa, declarações firmadas por cada um dos dirigentes da entidade a ser beneficiada com o título de utilidade pública, segundo seu respectivo estatuto, de que não tiveram suas contas relativas às parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal de Contas, de que não foram julgados responsáveis por falta grave, de que não estão inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, e de que não foram considerados responsáveis por ato de improbidade, conforme modelo em anexo a este Ato.

Parágrafo único. Havendo dúvida por parte das Comissões Permanentes, poderão ser solicitadas certidões negativas emitidas pelos Tribunais de Contas e pelo Poder Judiciário, nos termos do Regimento Interno.

Art. 2º A Procuradoria e a Diretoria Legislativa deverão orientar os vereadores e demais interessados sobre o previsto no Art. 1º deste Ato.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

Câmara Municipal de Londrina, datado e assinado eletronicamente.

A MESA EXECUTIVA:

EMANOEL GOMES
PRESIDENTE

MESTRE MADUREIRA
VICE-PRESIDENTE

LENIR DE ASSIS
1ª SECRETÁRIA

BETO CAMBARÁ
2º SECRETÁRIO

PROFª FLÁVIA CABRAL
3ª SECRETÁRIA





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

ANEXO - MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

_____ (nome completo do declarante),
inscrito no CPF sob nº _____, para o fim de subsidiar projeto de lei que
propõe seja declarada de utilidade pública o(a)
_____ (nome da entidade/empresa beneficiária),
inscrita no CNPJ nº _____, perante o(a) qual atualmente
ocupo o cargo/função de _____ (especificar o
cargo/função), firmo o presente termo para DECLARAR:

- a) que as contas da referida entidade, relativas às parcerias realizadas, não foram julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal de Contas;
 - b) que não fomos julgados responsáveis por falta grave;
 - c) que não estamos inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança; e
 - d) que não fomos considerados responsáveis por ato de improbidade.
- É o que temos a declarar.

(Local, data e assinatura)

